Sumário

Política de Defesa do Consumidor no Brasil e na Europa e as Agências Reguladoras

Política Nacional de Defesa do Consumidor: apontamentos necessários entre as bases de proteção e os mecanismos de resolução de conflito

National Consumer Protection Policy: the necessary commentaries between the protection bases and the conflict resolution mechanisms

Diógenes Faria de Carvalho, Felipe Magalhães Bambirra e Vitor Hugo do Amaral Ferreira 17

Consumer protection as an imperative requirement and justified restriction in the public interest of the fundamental freedoms in the ECJ jurisprudence

A proteção do consumidor como requisito imperativo e restrição justificada no interesse público das liberdades fundamentais na jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia

Nicola Cavallaro..... 55

Proteção dos consumidores contra a entrega de produtos não solicitados

Consumer Protection against the delivery of unsolicited goods

Martin Klose, Trad. Patrício Alves 83

Ordem Econômica Nacional: análise sobre as agências reguladoras brasileiras e a teoria da captura do interesse coletivo pelo interesse individual

Order National Economic: analysis on the Brazilian regulatory agencies and the theory of capture of collective interest by personal interest

Anderson Nogueira Oliveira e Lucas Haddad de Oliveira Haase 101

VULNERABILIDADE DIGITAL, INTERNET, DADOS E ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO

Da vulnerabilidade digital à curiosa "vulnerabilidade empresarial": polarização da vida e responsabilidade civil do impulsionador de conteúdos falsos e odiosos na "idade" da liberdade econômica

From Digital vulnerability to the curious "business vulnerability": Life Polarization and civil liability of the booster of false and hate content in the "age" of economic freedom

FERNANDO RODRIGUES MARTINS E THAINÁ LOPES GOMES LIMA 119

Economia compartilhada: compreendendo os principais aspectos desse modelo disruptivo e os seus reflexos na relação de consumo e no mercado econômico

Sharing economy: understanding the main aspects of this disruptive model and its effects on the consumption relationship and the economic market

YANKO MARCIUS DE ALENCAR XAVIER, FABRÍCIO GERMANO ALVES E KLEBER SOARES DE OLIVEIRA SANTOS 163

Privacidade, Consentimento Informado e Proteção de Dados do Consumidor na Internet

Privacy, informed consent and consumer data protection on internet

GABRIEL ROCHA FURTADO E DANIEL TEIXEIRA BEZERRA 205

A responsabilidade civil pela perturbação do sossego na internet

Civil liability for disturbance of placidity on the internet

GUILHERME MAGALHÃES MARTINS, JOSÉ LUIZ DE MOURA FALEIROS JÚNIOR E ARTHUR PINHEIRO BASAN 227

DIÁLOGO DAS FONTES

A teoria do diálogo das fontes e a prescrição. Comunicações entre o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor

The theory of dialogue of sources and prescription. Correlations between the Civil Code and the Consumer Protection Code

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA E FLÁVIO TARTUCE 257

O Diálogo das Fontes entre a Lei Federal 10.671/2003 e o Código de Defesa do Consumidor: a vedação da denunciação da lide diante da responsabilidade dos entes desportivos em prol da devida proteção da segurança dos torcedores

The dialogue des sources between the Federal law 10,671/2003 and the Consumer Protection code: the sealing of impleader in the face of the responsibility of the sports entities for the due protection of the safety of the fans

Joseane Suzart Lopes da Silva 283

Consubstancialidade da teoria do direito quântico à luz da teoria do diálogo das fontes

Consubstanciality of the quantum law theory in the light of the dialogue of sources theory

Ricardo Sayeg, Wagner Balera e Paola Cantarini 307

Seguro de Vida e Danos Morais

O contrato de seguro de vida não renovado por decisão unilateral da seguradora: reflexões em torno do direito dos segurados à renovação

Life isurance contract not renewed by unilateral decision of the insurer: reflections on the rigth of the insured to make the renewal

Adalberto Pasqualotto 333

Danos morais nos vícios de qualidade e quantidade por inadequação: análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

Moral damages in quality and quantity deficiencies due to inadequacy: analysis of Brazilian Superior Court of Justice Case Law

Alessandro Hirata e Guilherme Luiz Fiori Brisotti 351

Processo Civil de Consumo e Tributação

SOS Collective Actions

SOS para as Ações Coletivas

Heloisa Carpena 383

Princípio da competência adequada, conflitos coletivos multipolares e competências materiais distintas

Principle of adequate jurisdiction, multipolar collective conflicts and distinct material jurisdictions

Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr. 403

O consumo como signo de riqueza e a justiça em sua tributação
Consumption as a sign of wealth and justice in its taxation
LEONARDO BUISSA 415

NOTAS LEGISLATIVAS E COMENTÁRIOS

Métodos adequados de resolução e prevenção de conflitos de consumo e o direito de acesso ao Poder Judiciário
LAÍS BERGSTEIN E MARIÉ MIRANDA 443

Nota à PEC 17/2019 – Proteção de dados pessoais como direito fundamental e competência compartilhada para regular o tema
FERNANDO RODRIGUES MARTINS E CLAUDIA LIMA MARQUES 451

Recommendation of the Council on
Consumer Protection in the field of Consumer Credit
CLAUDIA LIMA MARQUES 457

Recomendações da OECD em matéria de proteção do consumidor no campo de crédito ao consumidor, adotadas em 2 de julho de 2019
CLAUDIA LIMA MARQUES 469

Comentário do Regulamento (UE) 2019/1150 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, relativo à promoção da equidade e da transparência para os utilizadores profissionais de serviços de intermediação em linha
CLAUDIA LIMA MARQUES 481

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Estabelecimento publica em sua rede social evento que oferece gratuidade na entrada para mulher com trajes mínimos
LÚCIA SOUZA D'AQUINO E PATRÍCIA STRAUSS 487

Superior Tribunal de Justiça

Não cabe danos morais por recusa de cobertura de procedimento não abrangido pelo rol elaborado pela ANS, principalmente quando oferecido outro adequado ao tratamento, estando a operadora do plano de saúde amparada pela excludente de ilicitude do exercício regular do direito.

Ana Carolina Navarrete e Marina Paullelli 495

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Banco que deve se abster de realizar operação de crédito via telefone (Telesaque) de todos os seus clientes e não somente dos aposentados e pensionistas do INSS, grupo mais vulnerável, uma vez que a conduta abusiva coloca todos os consumidores em desvantagem excessiva, ferindo a dignidade e a economia

Daniela Corrêa Jacques Brauner 501

Resenhas

Novos Danos na Pós-Modernidade, de Gustavo Borges Maurilio Casas Maia

Claudia Lima Marques 513

Estudos do capitalismo humanista, de Ricardo Hasson Sayeg, Juliana Duarte, Terezinha de Oliveira Domingos e Thiago Brazolin Abdulmassih

Laércio Da Silva 521

Table of Contents 527

Normas de Publicação para Autores de Colaboração Autoral Inédita 531